

Segurança Alimentar e Nutricional: aproximação do conhecimento popular e do conhecimento científico para a prática participativa



2ª edição - 2013

ORGANIZAÇÃO
Ana Maria Cervato-Mancuso
Elaine Gomes Fiore
Solange Cavalcante da Silva Redolfi

São Paulo
Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

**Segurança Alimentar e Nutricional:
aproximação do conhecimento popular e do
conhecimento científico para a prática participativa**

ORGANIZAÇÃO
Ana Maria Cervato-Mancuso
Elaine Gomes Fiore
Solange Cavalcante da Silva Redolfi

São Paulo
2013
2ª. edição

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Apoio técnico:

Equipe da Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP

Av. Dr. Arnaldo, 715
01246-904 – Cerqueira César – São Paulo – SP
<http://www.biblioteca.fsp.usp.br>
markt@fsp.usp.br

Catálogo na Publicação
Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública

Segurança alimentar e nutricional: aproximação do conhecimento popular e do conhecimento científico para a prática participativa / organização Ana Maria Cervato-Mancuso, Elaine Gomes Fiore, Solange Cavalcante da Silva Redolfi. -- 2. ed. -- São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013. 68 p. : il. color., mapas, tab.

Inclui referências bibliográficas
ISBN 978-85-88848-15-3 (eletrônico)

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Educação Alimentar e Nutricional. 3. Recomendações Nutricionais. 4. Apoio Social. 5. Participação Comunitária. 6. Zonas Urbanas. 7. Parcerias Público-Privadas. I. Cervato-Mancuso, Ana Maria. II. Fiore, Elaine Gomes. III. Redolfi, Solange Cavalcante da Silva.

614.31

“Os conhecimentos das pessoas são diferentes e complementares e não superiores uns dos outros. Pelo fato da educação ser essencialmente dialógica, caberá ao educador criar condições para que a educação se efetive por meio de uma comunicação eficiente, que permita a reflexão e a problematização da realidade vivenciada.”

(PELICIONI; PELICIONI; TOLEDO, 2008, p. 174)

ORGANIZAÇÃO

Ana Maria Cervato-Mancuso ¹

Elaine Gomes Fiore ²

Solange Cavalcante da Silva Redolfi ³

APOIO

Equipe de Educação Cidadã. Setor de Mobilização Social - FOME ZERO - BRASIL
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

FOTOS

Dinalva Tavares - FSP/USP

Luis M. Conceição - CEPEC/ USP

Ana Maria Cervato-Mancuso

Solange Cavalcante da Silva Redolfi

PROJETO GRÁFICO

Renata PA

(1) Possui graduação em Nutrição pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1999) realizando estágio do doutorado na Universidade de Barcelona (Espanha). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência como nutricionista em Nutrição em Saúde Pública e no ensino superior na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: educação nutricional, formação profissional, segurança alimentar e nutricional, idosos, diabetes mellitus e comportamento.

(2) Possui mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professora assistente da Universidade Guarulhos e do Centro Universitário Padre Anchieta. É coordenadora do Curso de Pós Graduação em Vigilância Sanitária da Universidade Guarulhos desde 2005. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Análise Nutricional de Populações, atuando principalmente no tema referente à Segurança Alimentar e Nutricional. É segunda líder do Grupo de Pesquisa Estudo nutricional de populações desde 2000. É membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Guarulhos.

(3) Possui Pós-graduação em “Nutrição em doenças crônicas não transmissíveis” - Hospital Albert Einstein- 2009 em Gestão Ambiental, Faculdade Saúde Pública -USP- 1996; Graduação em Nutrição - Universidade Paulista – 2008; Graduação em Pedagogia – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tibiriçá – 1989. Fazendo Pós-Graduação “Alimentos Funcionais”, pela FAMESP (cursando). Atuação na área de Educação Ambiental, pela Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente -SVMA desde 1986 e na área de SAN, desde 2003, como Membro, da Rede Local de SAN do Butantã, participou do processo de implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã – CRSANS-BT, atualmente exerce a função de coordenadora do espaço. É representante suplente da SVMA no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo – COMUSAN-SP, desde janeiro de 2011, participando ativamente nas atividades do mesmo. Conselheira do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz – CADES-BT (2013)

AGRADECIMENTOS

À Dinalva Tavares, por sua colaboração na redação da primeira edição deste livro e na “*facilitação*” das oficinas.

Aos participantes das oficinas que contribuíram com suas falas, percepções e sensações para “*frutificar*” os conceitos aqui apresentados: Amabela A. Cordeiro (Faculdades Integradas São Paulo – FISP); Christiane Costa (Instituto Polis); Alessandra Pinheiro (Ass. Assis. Com Jd. Jaqueline); Ana Carmo Souza (SAS Sub Prefeitura do Butantã); Ana Cristina Barros (ASAJO); Andréa M. Silva (FISP); Bernadete Pereira (Coord. de Educação do Butantã); Candido Souza (Comunidade do Jardim Jaqueline); Cilene Custódio (EE/USP); Guilherme Malteze (arte educador); Lílian L. Rossi (SAS-Sub Prefeitura do Butantã); Liliam S. Faria (EE/USP); Marcela Barros de Souza (ASAJO); Maria J. Machado (Ass. Amigos Pq. Raposo Tavares); Mariana Marques (Instituto Polis); Mariana Romão (Instituto Polis); Nerice Barizon (CEA-Previdência); Patrícia Basso (FISP); Regina Helena Pontin (UBS - Jd. Jaqueline); Samuel Assis (CCA Betinho); Sebastião Camargo (Comunidade do Jd. Jaqueline); Severina Oliveira (Pastoral da Criança); Sidney Ferrer (FFLCH/USP); Simone Kimie Oku (FSP/USP); Taís Leme (EE/USP); Vanessa Naomi (EE/USP); Viviane de Moraes Xavier (FSP/USP).

SUMÁRIO

Apresentação	8
O que é este livro?	10
Tema: Segurança Alimentar e Nutricional	12
Local: Região do Butantã	13
Objetivo	15
Como foi elaborado?	16
Metodologia	16
Por que desenvolver um instrumento compartilhado	18
Cronograma de atividades	20
Roteiro Básico de discussão	22
Roteiro I: Ação Assistencial e Emergencial	23
Roteiro II: Ação Educativa	24
Roteiro III: Espaço de Participação	25
Quais foram os resultados?	26
Problematização “Ação Assistencial e Emergencial”	26
Problematização “Ação Educativa”	31
Problematização “Espaço de Participação”	35
E agora?	40
Conquistas	40
Desafios	41
Todos devem participar	42
Referências	45
Anexo 1 - Modelos de Oficinas	47
Modelo I: Representação da Segurança Alimentar e Nutricional	48
Modelo II: Representação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CRSAN	55
Anexo 2 - Legislação	61
Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006	62
Emenda Constitucional nº 64, 04 de fevereiro de 2010	66
Decreto nº 51.359, de 25 de março de 2010	67



Apresentação

O material, aqui apresentado, foi elaborado durante o desenvolvimento da pesquisa “Educação Alimentar e Nutricional em Segurança Nutricional para Comunidade Urbana e Periurbana: modelos praticados e avaliação de estratégia”. Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq e teve, como instituições responsáveis por sua realização, o Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP, o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas – Instituto Polis e as Faculdades Integradas de São Paulo - FISP.

O objetivo da pesquisa foi colaborar na formulação e desenvolvimento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em nível local, de regiões urbanas e periurbanas, com a finalidade de contribuir para a capacitação e formação de parcerias entre pessoas, instituições e organizações visando à construção de uma rede de apoio mútuo entre todos os que acreditam na alimentação saudável como um direito humano.

Assim, como estratégia para alcançar este objetivo, foram realizados encontros com os participantes do projeto de implementação de um Centro de Referência em SAN, para elaborar um livro sobre as atividades que estavam sendo realizadas na comunidade e este seria fruto de um projeto construído com base na metodologia participativa, realizado por meio de reuniões, oficinas e exercícios com participação da comunidade, das instituições locais, de Organizações Não Governamentais - ONGs, de Universidades e de técnicos das diversas Secretarias Municipais que auxiliaram na compreensão da realidade e das necessidades da comunidade.

A coordenação dos encontros ficou sob a responsabilidade da especialista visitante do projeto, bolsista do CNPq, para a realização desta atividade. Esses encontros foram gravados e transcritos, e seus conteúdos sistematizados. Cada encontro, após ser sistematizado, era apresentado ao grupo de participantes que validava o seu conteúdo. O conteúdo final foi anexado ao relatório do CNPq e entregue a todos os participantes para que estes pudessem utilizar o material elaborado.

Por ser uma experiência que traz elementos metodológicos propostos por instituições da área da alimentação (FAO, 1997, 2000) que podem ser reproduzidos em outros espaços, consideramos oportuno divulgar esse material no site da Faculdade de Saúde Pública, de modo a compartilhar essa experiência com outros profissionais. Além disso, trata da temática de SAN que está cada vez mais presente nas atividades de desenvolvimento social de comunidades urbanas e periurbanas em função das questões alimentares presentes na população brasileira (BRASIL, 2005).

O texto original foi elaborado numa parceria da especialista visitante com todos os participantes do grupo. Nesse sentido, a autoria desse material é coletiva e corresponde aos participantes do CRSAN. Entretanto, o material produzido foi organizado e sistematizado pelo facilitador dos encontros e pelo coordenador da pesquisa.

Na presente edição, o texto original foi adaptado, organizado em capítulos e acrescentado três documentos importantes, referente às políticas atuais. Esses documentos referem-se à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Anexo 2A); à inclusão da alimentação como um direito social (Anexo 2B) e o decreto de criação do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã - CRSANS (Anexo 2C). No processo de elaboração do decreto, foi inicialmente feita uma minuta pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, sendo a mesma apresentada para a Rede Local de SAN, onde foram inseridas as contribuições do grupo inserido a palavra Sustentável no nome do CRSAN passando a chamar-se CRSANS sendo inaugurado oficialmente em 08 de agosto de 2010.



Intercâmbio entre alunos da Faculdade de Saúde Pública/USP, as Faculdade Integradas de São Paulo/FISP, a comunidade do Jardim Jaqueline e poder público local.

O que é este livro?

Trata-se do relato de uma experiência de construção coletiva de um conceito para aproximar conhecimento científico e conhecimento popular sobre temas de interesse comum.

Foi concebido para colaborar na formulação e desenvolvimento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em nível local, de regiões urbanas e periurbanas. Tem a finalidade de contribuir para a capacitação e formação de parcerias entre pessoas, instituições e organizações visando à construção de uma rede de apoio mútuo entre todos os que acreditam na alimentação saudável como um direito humano.

As atividades e ações políticas que são realizadas na área do Butantã, no Município de São Paulo, desde 2001, têm como meta melhorar as condições de Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade, por meio da articulação de uma rede de solidariedade e apoio. Além disso, pretende sensibilizar lideranças comunitárias e serviços de equipamentos sociais governamentais e não-governamentais, por meio de oficinas sobre alimentação, aproveitamento integral dos alimentos, horta comunitária, cooperativa de geração de renda com panificação, consumo consciente, reciclagem de lixo, implantação de metodologia de acompanhamento do estado nutricional das crianças e adolescentes da região (INSTITUTO POLIS, 2005). A partir dos recursos existentes em cada instituição parceira, decide-se o que pode e o que deve ser feito.

A diversidade de atores sociais e de temas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional estabelece uma troca de experiências e saberes, propiciando uma visão mais integrada da realidade. Descrever a experiência pioneira desta região, por meio de um livro que pode ser utilizado pela comunidade e por outros locais com características semelhantes, possibilita a busca de estratégias que garantam o direito humano a alimentação saudável e pode despertar ideias e propostas para elaborar, monitorar e avaliar programas ou projetos sobre este tema.

Ao realizar as ações educativas em Segurança Alimentar e Nutricional, incorporando as características e peculiaridades do acesso, produção e comercialização dos alimentos e, somando a cultura alimentar da comunidade, evidenciou-se a necessidade de buscar soluções de forma compartilhada entre os que vivem o problema, os que querem efetivamente resolvê-lo e os que podem colaborar para isso.

A fim de encontrar caminhos para analisar, diagnosticar e solucionar os problemas de insegurança alimentar e nutricional, foi-se desenvolvendo uma proposta metodológica compartilhada para produzir o livro de capacitação, assim como foi-se aprimorando a rede de apoio para fortalecer as parcerias com organizações governamentais, não-governamentais e instituições sensibilizadas com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional.



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Tema: Segurança Alimentar e Nutricional

A mobilização internacional e nacional a favor do acesso a alimentação como direito humano, sua visibilidade e reconhecimento são acontecimentos importantes para garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Apesar dos avanços obtidos terem sido numerosos e significativos, ainda resta muito trabalho a ser feito, de forma a causar impacto substancial na vida das pessoas. O acesso ao alimento, sua distribuição e sua produção ainda são precários em muitas regiões do país, assim como a produção de alimentos.

As convenções internacionais obrigatórias e particularmente a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional definiram a Segurança Alimentar e Nutricional como:

“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; tendo, como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis”.

Considerando a política de Segurança Alimentar e Nutricional como um conjunto de ações articuladas que tem como objetivo o direito humano à alimentação, é importante integrar os diversos setores de atividades garantindo a produção, a distribuição, o abastecimento e a educação para o consumo. Ao mesmo tempo, para garantir e propiciar a Segurança Alimentar e Nutricional é necessário combinar soluções imediatas (emergenciais) com ações de promoção da educação que tenham caráter estruturante, ou seja, criar espaços de participação para viabilizar o acesso ao alimento de forma permanente.

A atividade intersetorial, envolvendo sociedade civil, técnicos do setor público e instituições de ensino superior, pode ser fragmentada pelo fato desses setores apresentarem diferentes vertentes do conceito de SAN.

Para qualificar essas ações é importante o desenvolvimento de habilidades e competências para compreender e incorporar estas vertentes à essa atividade (CERVATO-MANCUSO; VIEIRA; COSTA, 2011).

Local: Região do Butantã

O Jardim Jaqueline está localizado no distrito de Vila Sônia, zona oeste de São Paulo. A Subprefeitura do Butantã, unidade administrativa da Prefeitura da cidade de São Paulo, possui 376.000 habitantes. Cerca de 30.000 pessoas vivem em favelas situadas, em grande parte, em terrenos e áreas de risco, com nove bolsões de pobreza na região, sendo o Jardim Jaqueline o maior deles e o mais crítico em termos de comprometimento do seu habitat quanto à pobreza de seus habitantes apresentando altíssimo índice de vulnerabilidade (SAS, 2003).



Mapa: Região do Butantã



Panorama das residências do Jardim Jaqueline.

Objetivo

Problematizar e teorizar sobre os eixos temáticos em Segurança Alimentar e Nutricional:

- I- Ações Assistenciais e Emergenciais
- II - Ações Educativas;
- III - Espaço de Participação



Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CRSAN, 2005

Como foi elaborado?

Metodologia

A metodologia utilizada, denominada pesquisa-ação, é uma proposta que oferece subsídios para organizar a participação dos entrevistados com maior flexibilização na coleta de dados. Isso pôde ser evidenciado durante a concepção do trabalho ao captar as informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas, na aplicação de técnicas de grupo, ao lidar com a dimensão coletiva e interativa e, também, na inclusão de técnicas de registro, processamento e exposição de resultados (THIOLLENT, 2000). Ao optar por esta técnica metodológica, buscou-se respostas para questões que podem caminhar na direção da descoberta “do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além da aparência do que está sendo analisado” (MENEGON, 1999).

Os significados e sentidos são produzidos interativamente e esta interação não inclui apenas alguém que fala e alguém que ouve, mas todos os outros interlocutores presentes ou ausentes na cena, porém que estão presentes no imaginário dos participantes.

A partir do diagnóstico realizado pela pesquisa “Educação Nutricional em Segurança Alimentar e Nutricional para comunidade urbana e periurbana: modelos praticados e avaliação de estratégia”, das ações desenvolvidas no Jardim Jaqueline, evidenciou-se que essas eram focadas em três aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional: ações assistenciais (voltadas para a solução de problemas emergenciais), ações potencialmente educativas e ações para o desenvolvimento da participação (CERVATO et al., 2005).

Foi proposto um cronograma de atividades que incluía uma série de reuniões e oficinas com divisão dos eixos temáticos: ações assistenciais e emergenciais, ações educativas e participação em espaços políticos. Os subgrupos de trabalho foram formados com as organizações parceiras, que eram ao mesmo tempo executores e planejadores, além de aprendizes.

As oficinas foram realizadas com os grupos divididos por eixo temático em uma semana e na outra com os grupos integrados. Ao final, foi realizada uma oficina com o arte educador para discutir e concluir o trabalho.

Apresentado os problemas, buscaram-se propostas e soluções que poderiam efetivamente resultar em soluções, com ações potencialmente políticas, ou programáticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A estratégia adotada para sensibilizar os participantes do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CRSAN, para a construção compartilhada do instrumento metodológico, foi a apresentação do resultado do diagnóstico realizado pela pesquisa.



Foto da apresentação do trabalho do grupo do CRSAN.

Por que desenvolver um instrumento compartilhado?

A metodologia de sistematização do trabalho com cronograma de atividades, o material coletado que foi essencialmente feito de linguagem, e o resultado produzido foram construídos a partir da situação social e dos problemas de diferentes naturezas encontrados naquela comunidade.

Foram realizados ao todo 14 encontros, no período de setembro a dezembro de 2005, com duração média de três a quatro horas. Após apresentação dos eixos temáticos, a escolha dos participantes se deu de forma espontânea, conforme interesse e trabalho realizado na comunidade, em órgão governamental ou instituição, constituindo três grupos de discussão.

A importância de registrar essa experiência era consenso entre os participantes. A realização do material se deu por meio do processo interativo, produzido e expresso a partir dos eixos temáticos. Gerou um conjunto de opiniões relevantes e significativas em conteúdos importantes sobre a insegurança alimentar e como enfrentá-la.

O grupo que discutiu o tema gerador, “ações assistenciais e emergenciais” na sua maioria foi composto por membros da comunidade. O grupo que discutiu “ações educativas” contou com a participação dos vários técnicos das Secretarias Municipais, alunos de nutrição e enfermagem e de professores. O terceiro grupo foi formado por representantes das ONGs, alunos de enfermagem e ciências sociais e alguns membros da comunidade, e técnicos das secretarias.

Considerando que para garantir o aspecto participativo dos procedimentos, o discurso da participação não é suficiente. É preciso agregar o maior número possível de pessoas para elaborar as propostas de ação. Nesta fase, foi necessário detectar apoios, resistências, convergências e divergências e identificar as expectativas.

Os assuntos trabalhados nos encontros foram voltados para as práticas cotidianas de ações educativas e emergências, articulações e parcerias promotoras da Segurança Alimentar e Nutricional.

O papel de animador foi desempenhado por uma das autoras do texto do manual. As discussões foram gravadas e transcritas para análise. Uma cópia do material piloto, de manufatura simples, com suas respectivas ilustrações, foi entregue às entidades parceiras e aos participantes.

A produção do texto, a forma e os conteúdos educativos, foram apresentados conforme decisão de cada eixo temático. O formato de apresentação do texto ao discutir problemas e suas soluções, fazer escolhas e exemplificar, foi escolhido porque pode colaborar na retenção do conteúdo pelo leitor.

A partir das perguntas elaboradas no roteiro e problematização das questões foram realizados os debates, oficinas, que se transformaram em produto, por consenso decidiu-se que o formato seria estruturado sob a forma de perguntas e respostas.



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Cronograma de atividades

No primeiro mês, **setembro**, as atividades aconteceram a partir da apresentação do diagnóstico. Foram apresentadas sob a forma de problematização e os possíveis caminhos para solução.

Os grupos foram divididos por eixos temáticos:

Eixo I – Ação Emergencial e Assistencial

Eixo II – Ação Educativa

Eixo III – Espaço de Participação

Em outubro, segundo mês das atividades, realizou-se a apresentação das discussões produzidas por cada grupo. E a continuidade no aprofundamento das questões debatidas.

A modulação do cronograma das atividades se deu em função dos feriados, porém não desmobilizou os grupos para as funções e tarefas a serem executadas. Todos os participantes tinham o conhecimento do cronograma completo das atividades com data prevista para a conclusão e entrega final do trabalho. Isso foi um dos fatores que garantiu o compromisso e desenvolvimento do trabalho pelos grupos.

Durante o mês de novembro, foram discutidos os temas introduzidos pelos grupos, fora do roteiro pré-estabelecido, para complementar e finalizar o conteúdo para o manual.

Em dezembro, foi apresentada e aprovada, pelo grupo, a minuta do livro, tanto dos conteúdos quanto a forma de apresentação.



Atividade realizada para a organização dos grupos de trabalho.

Roteiro Básico de Discussão

Foram elaborados roteiros segundo eixos temáticos, esses roteiros foram entregues aos grupos, como elemento facilitador para as discussões. Entretanto, outros desdobramentos e questionamentos foram sugeridos e acrescentados pelos participantes.



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Roteiro I – Ação Assistencial e Emergencial

Conceituar – O que é uma ação emergencial.

Problematizar:

A Ação emergencial é importante?

O que é acesso ao alimento?

O que é fornecimento de alimento?

Quais ações emergenciais são prioritárias?

Sopão

Café da manhã

Cesta básica

Doação de supermercado

Distribuição de refeição nas creches

Distribuição de leite

Doação de Entidades

Essas doações são de qualidade e quantidade suficientes?

E a horta, como entra: ação educativa, emergencial ou de participação?

Os moradores do Jardim Jaqueline tem conhecimento sobre os problemas referentes ao bairro? Pretendem levar os conhecimentos adquiridos a outros bairros?

Quais as ações emergenciais realizadas?

Quais as ações que podem ser aprimoradas? E Como?

Das dificuldades encontradas, quais já foram solucionadas e como?

Como inserir os homens nas ações emergências?

Como inserir famílias carentes, mas que não participam e só recebem benefícios?

Como monitorar, acompanhar, avaliar e documentar o progresso da comunidade?

Como administrar um banco de alimentos?

Como arrecadar fundos externos e internos?

Como organizar subcomitês internos?

Como firmar acordos coletivos e assegurar a participação nos grupos e membros?

O que é essencial, que não pode faltar de jeito nenhum em um manual?

O que você gostaria de ver contemplado em um manual?

OBS: não ter crítica, deixar vir tudo que passar na cabeça.

Conceituar - O que é ação educativa.

Roteiro II – Ação Educativa

Problematizar:

Ação educativa é comportamento?

Onde se aprende a se alimentar?

Com a mãe, na escola, na rua, na UBS, na pastoral, no Centro de Referência, nos livros. Onde mais se aprende?

Os moradores do Jardim Jaqueline tem conhecimento sobre os problemas referentes ao bairro? Pretendem levar os conhecimentos adquiridos a outros bairros?

Quais as ações educativas realizadas?

Quais as ações que podem ser aprimoradas? E Como?

Das dificuldades encontradas quais já foram solucionadas e como?

Como inserir os homens nas ações educativas?

Como inserir famílias carentes, mas que não participam e só recebem benefícios?

Como monitorar, acompanhar, avaliar e documentar o progresso da comunidade.

Como administrar um banco de alimentos?

Como arrecadar fundos externos e internos?

Como organizar subcomitês internos.

Como firmar acordos coletivos e assegurar a participação nos grupos e membros?

O que é essencial, que não pode faltar de jeito nenhum em um manual?

O que você gostaria de ver contemplado em um manual?

OBS: não ter crítica, deixar vir tudo que passar na cabeça.

Roteiro III – Espaço de participação

Conceituar – O que é participação popular e política.

Problematizar:

A participação popular e política são importantes?

Para o acesso ao alimento?

Para o fornecimento de alimento?

Quais ações participativas são prioritárias?

Para que tudo aconteça, é importante a participação? Como?

O que é a participação em Conselhos?

No Centro de Referência?

Em Associações?

Como construir o “nosso acervo” de conhecimento?

De que forma a participação é importante para a realização de ações educativas e emergenciais?

Quais as ações de participação já foram realizadas?

Quais as ações que podem ser aprimoradas e como?

Das dificuldades encontradas quais já foram solucionadas e como?

Como inserir os homens nas ações participativas?

Como inserir famílias carentes, mas que não participam e só recebem benefícios?

Como monitorar, acompanhar, avaliar e documentar o progresso da comunidade?

Como administrar um banco de alimentos?

Como arrecadar fundos externos e internos?

Como organizar subcomitês internos.

Como firmar acordos coletivos e assegurar a participação nos grupos e membros?

O que é essencial, que não pode faltar de jeito nenhum em um manual?

O que você gostaria de ver contemplado em um manual?

OBS: não ter crítica e deixar vir tudo que passar na cabeça.

Quais foram os resultados?

Problematização “Ação Assistencial e Emergencial”

Ação emergencial é:

Preocupação em doar o alimento e verificar se a pessoa tem como cozinhar o alimento. Respeitar as pessoas sem preconceito etnia, religião, sexo. A fome atinge a todos os excluídos socialmente. Doença: as pessoas que estão à margem do processo precisam de comida. A falta de alimentação pode trazer doenças. Comer o suficiente ajuda a levantar a autoestima e pode economizar em remédios. Ações nas entidades locais: fornecimento de alimentos e refeições. As organizações e entidades locais captam recursos externos, para fazer o sopão e doar os alimentos.

O que deve ser levado em conta para a distribuição de alimentos e refeições?

Distribuir e preparar os alimentos com amor e as refeições com qualidade e quantidade suficiente. Aproveitar o momento da distribuição para explicar a importância das verduras e legumes para as crianças. Preparar com higiene. Preocupação com que está sendo doado, como não distribuir balas e doces por causar cáries ou a preocupação com a segurança alimentar pessoal para assim poder ajudar o próximo.

Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Quais as ações emergenciais realizadas na comunidade?

Distribuição do sopão, do café da manhã, de cesta básica, doação de alimentos para a comunidade e para outras associações.

Como se dá o processo de parcerias?

Existe parceria entre as associações locais e voluntários na busca por doações, e captação de alimentos para a realização das ações emergenciais.



Atividade de recebimento e distribuição de alimentos da Colheita urbana.

Qual a relação do poder público com essas ações?

As associações recebem doações da própria comunidade e não do governo. O governo local encaminha para essas associações, pessoas que necessitam de alimentos e comida. Entretanto, algumas doações fazem parte de programas do governo, como distribuição de cestas básicas e de leite.

Como articular os contatos já existentes entre as instituições locais para desenvolver ações em conjunto?

Apesar das dificuldades e conflitos de interesse, o tema da segurança alimentar é agregador e a construção do Centro de Referência como uma rede de apoio social, fortaleceu e viabilizou a realização de parcerias.

E os conflitos continuam existindo?

Como referiu um dos participantes: “Sim, mas aprendemos a conversar sobre eles. A gente não briga mais.”

Como se articulam as ações emergenciais e educativas e em qual espaço isso pode acontecer?

As ações emergenciais são poucas. Para funcionar direito, deve ter a participação das pessoas da comunidade. A distribuição do sopão é uma ação emergencial e o mesmo espaço da sua distribuição poderia ser usado para realizar ações educativas. É uma forma de integração. E também, poderia ser apresentado o Centro de Referência à comunidade.

O que impede?

O Centro de Referência ainda não está aparelhado para exercer esse tipo de ação.

Que outras ações emergenciais existem na comunidade?

Há programas governamentais de distribuição de alimentos, que para serem distribuídos, a pessoa deve estar cadastrada, ser da comunidade, apresentar RG e CIC.

Quem distribui esses alimentos na comunidade?

As associações se cadastram no governo estadual para receber e transferir para a comunidade, para as pessoas que são cadastradas pela instituição.

Quem geralmente recebe?

A demanda é maior e existe uma lista de espera. O critério nem sempre é o de maior necessidade. Por exemplo: na Pastoral da Criança ao receber o leite a mãe é estimulada a frequentar a igreja. O problema é que a fome não tem religião. Por outro lado, a Pastoral realiza o monitoramento do desenvolvimento e estado nutricional da criança, isso é importante. As outras associações só repassam o leite, não agregam ações.

Quais as outras preocupações da comunidade?

A comunidade deveria se preocupar com tantos outros problemas, como os casos de alcoolismo.

Por que pessoas da comunidade saem do grupo do centro de referência e outras não?

Porque não acreditam no projeto. Há conflitos de interesses.

Qual solução para evitar estes conflitos?

Mostrar as coisas boas que acontecem;
Fazer propaganda das ações realizadas.

O que poderia ser feito para divulgar, na comunidade, o CRSAN?

Relatar as ações; fotografar e registrar. Mas faltam recursos para fazer a divulgação, não há acesso à internet, nem máquina fotográfica, não há folhetos de divulgação, nem matéria no jornal do Bairro, nem entrevista na rádio comunitária.



Atividade de recebimento e distribuição de alimentos para a comunidade.

O que mais desmotiva a comunidade?

Uma fonte de desmotivação tem sido o fato do espaço do CRSAN, não ter sido oficializado por parte do Poder Público.

Qual o papel dos representantes do governo local?

Os técnicos das várias Secretarias Municipais participam do projeto ativamente, dentro de suas competências, mas dependem de instâncias superiores para decisões e deliberações, que se encontram fora de sua alçada como, por exemplo, a definição de prioridades e liberação de recursos financeiros.

Como potencializar e fortalecer a rede de apoio social em Segurança Alimentar e Nutricional?

Este é um local de articulação que pode encontrar soluções de problemas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. Entre as soluções podem existir aulas de capacitação em aproveitamento integral dos alimentos, de panificação, curso de primeiros socorros, curso de informática, cozinha comunitária para geração de renda, banco de alimentos, distribuição de refeições, clube de compras, horta comunitária. Enquanto os pais participam das atividades emergenciais e educativas os filhos poderiam ter aula de reforço escolar e atividades lúdicas. O fato de participar das articulações e parcerias em capacitação, proporcionada pela rede social de apoio, pode ampliar e aprimorar as ações emergenciais, descobrir o “caminho das pedras” dos programas do governo.



Foto do trabalho do grupo.

Problematização “Ação Educativa”

O que é educação?

É o processo de construção, de socialização, troca de experiência da cultura e do conhecimento popular. É a possibilidade de transformação do indivíduo.

O que é ação educativa?

O momento em que ocorre o diálogo, a integração e a participação das pessoas envolvidas na ação-educativa. Ressaltando que a ação educativa ocorre no dia a dia, por meio das ações do cotidiano. Exemplo, uma pessoa pode se sentir motivada a separar o seu lixo ao ver outra pessoa realizando a ação.

Qual a importância da ação educativa para a sociedade?

Pode favorecer as mudanças e transformações necessárias para melhorar a qualidade de vida e garantir direitos para preservar a cultura alimentar local.

Onde se aprende a se alimentar e como?

Em casa - refeição em família.

Na televisão, livros, jornais, revistas.

Na escola.

No CRSAN-Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional.

Na igreja – com a orientação da religião.

Na UBS – Unidade Básica de Saúde- com profissionais da saúde.

No convívio social - entidades da Comunidade – aprendemos a comer com o Sopão, no Café da manhã oferecido pela Associação Comunitária.

Assim formam-se os hábitos alimentares que podem ser adequados ou não a promoção da saúde.

O que é educação alimentar?

É a ação educativa que tem como objetivo promover hábitos alimentares saudáveis, cuidados na compra dos alimentos, no preparo, na distribuição e no armazenamento do mesmo, incluindo o destino do lixo.

Na comunidade, onde ocorre ação educativa?

Local	Atividade	Tema
UBS (Unidade Básica de Saúde)	Oficinas	Grupos de nutrição de promoção da saúde
Secretaria do verde*	Oficinas	Horta em pequenos espaços Consumo consciente 3Rs (reduzir, reusar e reciclar) – Oficina de sensibilização Trilha no Pq. Previdência Compostagem Plantas medicinais
Escolas e creches	Oficinas	Horta escolar Palestra com os pais Consumo consciente
Instituto Polis*	Oficinas	Aproveitamento integral dos alimentos Alimentação saudável
Universidades	Oficinas	Manipulação dos alimentos Alimentação saudável
Entidades da comunidade	Oficinas	Aproveitamento integral dos alimentos Panificação
SESI	Curso	Alimente-se bem por R\$ 1:00
Subprefeitura*	Campanha	Feira solidária

*Vinculado ao CRSAN

Como inserir a comunidade nas ações educativas?

Promovendo ações educativas e participativas que sejam do interesse da comunidade e que estas sejam desenvolvidas por meio de parcerias com entidades, serviços públicos e privados.

Como envolver toda a família na promoção da segurança alimentar e nutricional?

Divulgar e veicular as ações educativas durante as atividades emergenciais, aproveitar a oportunidade para motivar os beneficiários do Sopão, do café manhã e durante a distribuição do leite.



Foto do trabalho do grupo.

Como os técnicos podem participar das ações educativas?

Promover atividades adequadas a cada grupo da comunidade.

Conhecer a realidade com visitas aos locais para estimular a participação da comunidade.

Ter como objetivo a emancipar e identificar o potencial multiplicador das pessoas.

Escutar as necessidades da comunidade. Compartilhar informações sobre as políticas públicas com o local.

Como envolver lideranças?

Promover encontros de discussão, elaborar propostas para ampliar as possibilidades de ação, promover cursos, ressaltar a importância do Centro de Referência Alimentar como espaço privilegiado para a realização destas ações.

Quais as dificuldades em desenvolver as ações educativas?

O caráter emergencial das ações e a falta de espaço físico.

O que mais poderia impedir?

É importante não deixar que os interesses particulares de cada entidade impeçam a criação de parcerias.



Oficina de compostagem.

Como as entidades sociais podem ampliar o caráter de suas ações emergenciais?

Ampliando a discussão, buscado uma forma de envolver os beneficiários das ações emergenciais, como distribuição de alimento e refeição para a população. A entidade social promotora de ações emergenciais deve promover a reflexão sobre o contexto social e alternativas de solução para os problemas da comunidade.

Como estabelecer parcerias?

Ter como meta ações realizadas em parcerias com outras entidades. Para viabilizar ações educativas em conjunto com ações emergenciais, por exemplo, estabelecer estratégia compartilhada para identificar os beneficiários, criar critérios sobre quem serão os beneficiários, definir tempo de permanência para participar de ações emergenciais. Estabelecer mapa das ações existentes na comunidade.

Como garantir a participação das entidades sociais e instituições públicas e privadas?

É importante que o trabalho seja realizado buscando o interesse da comunidade e não os interesses pessoais ou políticos. A aliança tem de ser com as ideias e não com as pessoas. As atividades devem ser registradas, para que a participação de outros técnicos possa ser contínua. É importante, também, identificar as resistências e divergências e buscar soluções

Problematização “Espaço de participação”

O que é e para que serve um Centro de Referência?

É uma base onde se produz conhecimentos para/pela comunidade, visando a formação de multiplicadores, por meio de ações educativas profissionalizantes. Local onde a comunidade pode se expressar, falar de suas necessidades e saber o que realmente quer e necessita, para priorizar as ações e conseguir resolver as necessidades e carências.

Um espaço onde seja possível mesclar e abranger vários conhecimentos, com prioridade para capacitação de pessoas. Ser um espaço onde se resgate pessoas da comunidade que desanimaram da luta, e estar sempre aberto a outras comunidades para troca de experiências.

No nosso caso, trabalhar e priorizar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Apresentar e divulgar os trabalhos realizados pelo Centro de Referência.

Qual a principal missão e papel de um Centro Referência em Segurança Alimentar e Nutricional?

Combater a fome e criar projetos para facilitar o acesso ao alimento.

Precisa e tem como missão referenciar para si e para os outros, não só como lidar com questões da comunidade, mas também como lidar com outras comunidades.

Promover educação de Segurança Alimentar e Nutricional com conceito de higiene, aproveitamento integral dos alimentos e viabilizar acesso aos mesmos e ensinar técnicas de agricultura urbana.

Ser um espaço privilegiado, de vanguarda com propostas novas e integrativas. Assegurar a participação de várias pessoas, identificar os problemas, lutar para consolidar e manter a estrutura.

Pensar e avaliar a participação, tanto do governo, como das ONGs e da comunidade; buscar a intersetorialidade e transversalidade de ações.

Cobrar políticas públicas, ou seja, programas e ações governamentais para as diversas demandas.

Respeitar as questões culturais, ambientais e de saúde.

Promover a diversidade – gênero – idade – etnia.

Quais benefícios se podem ter?

O CRSAN, funcionando, permitirá que as pessoas cheguem com interesses diferentes (o que é muito válido) e aí possam propor ideias, construir conceitos sobre o direito ao alimento e o acesso a este.

Incentivar e dar importância aos jovens, pois eles estão abandonados desguarnecidos, sem trabalho e sem atividades. Trazer este jovem para o trabalho é um ganho.

Problematizar e discutir o que é comunidade, quem faz parte dela e qual o grau de coesão das pessoas que fazem parte da mesma.

Fazer parte nos Conselhos Gestores, entender que instância é esta.

Olhar de forma crítica para a participação.

Destacar o que é público e o que é privado.

Fortalecer, resgatar e incentivar a autoestima, para garantir o exercício pleno da cidadania.

Garantir espaço para grandes discussões como Reforma Agrária, Fome Zero, Bolsa Família, elaboração do orçamento participativo e questões econômicas.

Pensar em programas específicos para índios e quilombolas, para moradores de rua, catadores de lixo, entre outros.

Como articular parceiros?

Envolver toda população: homens, mulheres, idosos, crianças, adolescentes, estagiários das Universidades em todas as áreas, professores, voluntários realmente comprometidos.

Promover ações que tenham continuidade, com interação entre as aulas teóricas e práticas, com efetiva participação da comunidade e proporcionar a troca de experiências.

Entrar em contato com as políticas públicas que tenham relação com Segurança Alimentar e Nutricional.

Buscar espaços de reivindicações e de educação cidadã.

Promover a participação nos cursos e oficinas, porque informação é poder. Você deixa a sua marca ao participar, ao fazer as pessoas conhecerem sua opinião. Divulgar essas informações pode ajudar as pessoas e outras comunidades que necessitam de informações.

Planejar ações, visando sensibilizar os pais para a participação de seus filhos em atividades de lazer, esporte, educação alimentar e cursos profissionalizantes.

Tornar o espaço agregador e público, que pertença a todos

Qual a principal dificuldade do CRSAN?

Conquistar o espaço. Normalmente os espaços que existem em uma comunidade, são muito disputados. O espaço onde foi implantado o Centro de Referência foi solicitado para ser uma creche, mas creche já é parte de uma política pública consolidada.

O Centro Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, não está consolidado. É um conceito ainda em formação, de grande importância para qualquer comunidade.

Juntar grupos divergentes, buscar estratégias e formas de fortalecer a comunidade e o CRSAN. É complicado, alguns líderes têm dificuldade de abrir mão dos interesses pessoais em benefício de todos.

Como integrar as ações com os equipamentos sociais do bairro?

Integrar com as escolas da região e incentivar a direção da escola para despertar interesse dos pais pelo CRSAN.

Promover contatos com as creches para divulgar os Programas e Políticas em Segurança Alimentar e Nutricional.

Fazer parceria com a Unidade Básica de Saúde, levando pessoas da comunidade para fazer exposição oral sobre segurança alimentar, na sala de espera das consultas, e trazer os profissionais de saúde para conhecer o CRSAN.

De que forma divulgar para outras comunidades e pessoas o trabalho desenvolvido no CRSAN?

Desenvolver atividades que possam atrair pessoas da comunidade e mesmo de outras comunidades.

Formar cooperativas.

Fazer curso de Segurança Alimentar e Nutricional.

Promover parcerias com escola de computação, (abrir o espaço para reforço escolar), falta orientação escolar para as crianças da comunidade.

Ser um espaço aberto, com várias atividades, com vários cursos, exemplo: curso de panificação.

Produzir conhecimentos tanto para a comunidade do bairro, quanto para outras comunidades.

Repassar informações para quem necessitar.

Ensinar as pessoas como trabalhar o aproveitamento integral dos alimentos.

Como ter acesso aos alimentos.

Incentivar as pessoas a consumir determinados alimentos e aproveitá-los de forma adequada.

Dar aulas práticas e participativas, pois assim as pessoas ficam motivadas, pois nas aulas só teóricas, as pessoas desanimam.

Estar aberto a novas parcerias.

Montar acervo a fim de criar uma biblioteca.

Como começar a desenvolver as ações?

Promover passeios ecológicos.

Construir hortas comunitárias.

Promover cursos de políticas públicas.

Conhecer as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizar debates com temas de real interesse para as necessidades das pessoas.

Estar em constante construção de ações com a participação popular.

De que forma este livro pode ser útil?

A própria ação de elaborar um livro com a participação de todos, fortalece o grupo. Juntar os técnicos dos equipamentos sociais, as entidades não governamentais, os professores das universidades, alunos e as entidades da própria comunidade, capacitar a comunidade para poder referenciar a si mesma. A participação ativa das pessoas da comunidade como multiplicadores, possibilita também tornar-se referência para outras comunidades que queiram trabalhar com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

Possuir e manter um acervo sobre as atividades já desenvolvidas é importantíssimo, para despertar outras pessoas e comunidades.

A produção de um conteúdo sobre as percepções e práticas acaba sendo uma ação estruturante para todos.

Por que participar?

A cidade de São Paulo é imensa. A maioria dos bairros são afastados do centro, as casas são construídas em alvenaria ou são barracos de madeira, sem tratamento de esgoto. A maioria dos bairros possui serviço público, como escolas, creches, centros de saúde e transporte, porém é precário.

Falta muita coisa, então as pessoas precisam se juntar, ter interação, vivência em grupo, amizade. Uns precisam da ajuda dos outros.

Como a comunidade do Jardim Jaqueline se organiza?

A própria construção do Parque Ecológico Raposo Tavares é um exemplo de organização. Antes era um lixão e agora representa a força da luta da comunidade com o apoio do poder público. É hoje uma realidade que muitos podem usufruir.

A organização é favorecida com a participação, com solidariedade, com algum aprendizado e com diretrizes.

Criar espaços de participação mobiliza a comunidade, permite que ela se organize.

Participar com solidariedade, aprendizado, e diretrizes favorece a organização da comunidade.

Que considerações podem ser feitas para legitimar e consolidar o CRSAN?

Para validar um espaço é importante identificar a participação, a representatividade, a divulgação e a qualificação dos debates aí realizados. Não pensar só em questões pontuais. A comunidade representativa se qualifica para o debate com outras instâncias, como o Estado e outras comunidades, para que possam acrescentar ou divergir, enfrentar conflitos para avançar na busca de soluções. As discussões têm que ser sobre os métodos de ação para a melhoria da vida das pessoas, “o caminho está certo, estamos confiantes e as novas ideias e sugestões podem acontecer”.



Encontro de organizações e instituições que trabalham com o tema da segurança alimentar e nutricional. Realizado no CRSAN em outubro de 2005.

E agora?

Conquistas

Algumas conquistas foram aportadas durante as discussões que foram realizadas. Dentre elas, destacam-se:

- Reconhecimento, por parte dos integrantes da rede de apoio social, dos problemas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional local.
- Percepção sobre a importância da mobilização para a participação da comunidade nas questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional local.
- Compreensão da importância em manter uma rede de parcerias para possibilitar a aproximação do território.
- Reconhecimento de famílias residentes em áreas de alta e muito alta vulnerabilidade social, que necessitam de ações emergenciais e educativas.
- Aliança e reconhecimento dos atores locais, para participação nos projetos sociais.
- Conhecimento dos representantes do setor público, para viabilizar as parcerias

Desafios

Os desafios que foram identificados durante as discussões, estão relacionados tanto à forma de organização do espaço como às metas estabelecidas para esse espaço.

- Criar conselho gestor para gerenciar o CRSAN, de forma tripartite, entre a comunidade, as instituições não governamentais e órgãos dos governos. Dessa forma, garantir o controle social e a representatividade.
- Priorizar ações e políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional.
- Promover a intersetorialidade e interdisciplinaridade - facilitada pelo tema da Segurança Alimentar e Nutricional como aglutinador.
- Buscar ajuste entre “tempos” de atuação dos poderes público e privado e a necessidade da população, de modo a diminuir o descompasso existente.
- Garantir recursos humanos e financeiros para manutenção das ações evitando a descontinuidade de projetos e programas
- Garantir e manter a participação e controle social.
- Promover e garantir a inclusão social.
- Buscar diminuir o descompasso existente entre a necessidade de resolução de problemas, sentidas pela população, e a capacidade do poder público em estabelecer estratégias para solucionar estes problemas.



CRSANS, após reforma, 2012

Todos devem participar

A riqueza de se trabalhar em grupo é sempre de uma aprendizagem intensa.

O processo de discussão trouxe reflexão ao falar de ações educativas, emergenciais, e das formas de participação. Foi ficando clara a existência de um grupo que trabalha a Segurança Alimentar e Nutricional com criatividade e companheirismo. Valorizando o que se tem, ao construir, afirmar e reconhecer os conceitos e as ideias.

O resultado dessa união é a soma. Torna a segurança alimentar uma coisa “saborosa”. Mostra a alegria e a confiança, porque as pessoas são capazes de achar e trilhar seus próprios caminhos.

Garantir o alimento como um direito humano, e de promoção da saúde, por meio de um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida, incluindo a participação e o controle social desse processo.

As pessoas têm necessidades diferentes. Há quem queira uma creche funcionando aqui, mas a creche é uma política pública consolidada e um Centro de Referência é uma coisa nova.

Sempre se rejeita o que não se conhece.

Importante ressaltar os papéis, as competências dos parceiros envolvidos e a intersetorialidade, pois as pessoas têm dificuldade em pensar em rede.

O Centro de Referência é uma experiência pioneira, inovadora e deve ser divulgado.

As conquistas são realizadas por meio de um processo, que é longo e permanente, porque quando a gente consegue uma parte falta a outra. É um processo que não tem fim, nossas demandas são muitas e estão longe de estarem todas garantidas.

Para atingir um estado completo de bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfações e necessidades e modificar favoravelmente o meio.

A alimentação como um Direito Humano é um conceito novo, ainda. Na prática, o direito à alimentação é algo amplo, se não houver entendimento disso fica-se na periferia, girando na dificuldade de acesso ao alimento, da fome e não aborda a realização do direito fundamental da pessoa. E a Segurança Alimentar e Nutricional é a prática desse direito.

As trocas de experiências e a formação de multiplicadores, possibilita que novos atores coletivos participem de debates para ampliar e aplicar a defesa da política nacional e local em Segurança Alimentar e Nutricional, a articulação das entidades sociais, a difusão do conceito de segurança alimentar na comunidade, o diálogo e articulação com pautas e demandas do poder público, além de ações efetivas locais que podem contribuir para fomentar e assegurar estratégias para ações de âmbito nacional. A luta das comunidades tem sido por autonomia e cidadania para todos.

Vale destacar ainda a insuficiência de avaliação dos impactos dos projetos existentes, revelando a necessidade de investimentos nesta área. Resultados positivos dessas avaliações poderão servir para divulgação e reconhecimento, pela sociedade civil e governo, da importância dos projetos e ações em Segurança Alimentar e Nutricional.



Oficina de plantas medicinais.



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília, DF, 2005.

CERVATO, A. M. et al. *Relatório da pesquisa Educação Nutricional em Segurança Alimentar e Nutricional para comunidade urbana e periurbana*. São Paulo: [s.n.], 2005. Relatório de pesquisa.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; VIEIRA, V. L.; COSTA, C. G. A. Alimentação como um direito humano e as políticas sociais atuais. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Coord.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 92-98.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Guia para projetos participativos de nutrição*. Roma, 1997.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Manejo em projetos participativos em alimentação e nutrição: guia didático*. Roma, 2000.

INSTITUTO POLIS. *Implementação de centros de referência local em segurança alimentar e nutricional*. São Paulo, 2005.

MENEGON, V. M. *Por que jogar conversa fora?: pesquisando no cotidiano: práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortes, 1999.

PELICIONI, M. C. F.; PELICIONI, A. F.; TOLEDO, R. T. A educação e a comunicação para a promoção da saúde. In: ROCHA, A. A.; CESAR, L. G. C. (Ed.). *Saúde pública: bases conceituais*. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 165-177.

PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Projeto caracterização dos setores de alta vulnerabilidade social*. São Paulo, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.



Anexo 1

Modelos de oficinas realizadas pela rede de apoio social que compõe o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Modelo I

Título: Representação da Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos

Operacionais: interação do grupo para reforçar a construção coletiva do conhecimento.

A intenção era agregar não só os temas geradores como também as pessoas, da mesma forma como a alimentação se mistura, se combina.

Educativos: Criação coletiva de um painel para consolidar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Procedimentos

Os participantes foram divididos em três grupos, de forma aleatória para garantir a participação de todos os parceiros que fizeram parte do projeto, ou seja, membros da comunidade, técnicos das organizações governamentais e não governamentais, professores, pesquisadores e alunos das universidades.

Etapas

Foi solicitado, ao grupo 1, que trabalhasse o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional por meio de colagem, com figuras e fotos que remetesse às questões relacionadas ao acesso, distribuição, riscos e danos possíveis aos alimentos, os aspectos econômicos, culturais, mitos e tabus.

Ao grupo 2, foi solicitado que por meio do desenho e de figuras, representasse os alimentos, com palavras ou frases relacionadas à questão alimentar e nutricional.

O grupo 3 ficou responsável por montar um painel distribuindo os desenhos elaborados pelo grupo 2, relacionando as questões emergenciais e educativas ao contexto participativo e político.

Após a montagem do painel e sua exposição, um membro de cada grupo relatou os principais pontos debatidos, a forma como o painel foi construído e como alcançaram o resultado final.

Duração: 3 horas, com a participação de 20 pessoas

Materiais

Os materiais utilizados foram: fitas adesivas tipo crepe e durex, lápis de cor, canetas hidrográficas, papel kraft, cartolinas e guache com as cores vermelho, amarelo e verde. Pinceis de vários tamanhos e formas, recortes de revistas relacionados à temática Segurança Alimentar e Nutricional.

Orientação Geral

Ao animador coube o papel de orientar quanto à função de cada grupo, salientar a importância da participação de cada membro e o tempo de duração de cada atividade.

Chamar a atenção sobre a importância em não “perder o foco” do tema.

Agradecer a participação e motivar para que todos colaborassem na construção da atividade.

Garantir o ritmo quando diminuir o repertório do grupo, formular perguntas de forma a manter “aquecida” a discussão.

Dica

Garantir o registro da atividade, com fotos e filmagens, além de anotar as falas significativas durante a elaboração dos desenhos e no momento da apresentação dos mesmos, como estratégia para a avaliação dessa atividade e futuras apresentações.



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Grupo 1

Atividade de colagem e de recortes

Tema

Comer também é cultural, a gente tem que ir aprendendo.

Comentários:

“A figura representada pela Casa da farinha mostra a importância da união entre as pessoas para a realização das tarefas.”

“Durante o processo de produção e colagens das figuras, foi possível ver que a água é um elemento fundamental e está escasso.”

“Os agrotóxicos são usados indiscriminadamente, chega-se ao absurdo de pulverizar os campos com as pessoas trabalhando, ou não se utiliza equipamentos de proteção, como máscara e luvas, isso provoca problemas de saúde.”

“O transporte dos alimentos é sempre difícil e problemático para as famílias mais vulneráveis que recebem doações, mas não têm carro ou transporte para retirar. As doações em sua maior parte vem do CEAGESP.”

“Nós fazemos o sopão, tem 12 voluntários, uns arrecadam os alimentos, outros preparam e uma outra parte trabalha com a reciclagem, trocam lixo por alimentos, ou a renda obtida pela reciclagem se compra o que falta. Funciona igual em uma família o trabalho é em equipe com divisão de tarefas.”

“Ao olhar essas figuras a gente lembra do passado e pensa no futuro remete ao sonho de “morar em um sítio” que deve ser o sonho de muitas pessoas, plantar, colher, comer tudo sem agrotóxicos.”

“Participar do CRSAN mudou meu jeito de me alimentar, passei a comer frutas e verduras, como cascas, a vitamina está na casca.”

“Quanto a mim, emagreci 50 kg, dei adeus à figura da obesa. Também aprendi a fazer lanche ecológico e experimentar de tudo. Especialmente que enlatados não convêm a ninguém. Importante lembrar que a atividade física e a higiene é fundamental no preparo dos alimentos: as mãos limpas, os cabelos amarrados e por que não um batonzinho?”

“Ficar alerta aos alimentos estragados e vencidos.”

“O leite materno é também muito importante. O aleitamento materno deve entrar na educação escolar, chamar atenção para sua importância, assim como o não desperdiçar os alimentos.”

“Foi comentado pela facilitadora que para realizar comida é necessário usar as mãos. Isso mostrou que todos tinham a “mão boa”, inclusive para fazer a representação, pois os desenhos não foram tímidos e tinham o tamanho real dos objetos.”

“Na montagem do painel foi representado desde os processos de produção, o plantio (desenho de hortas), como a circulação e comércio dos produtos até o produto final representado por refeições com desenho de pratos com os alimentos processados. Outra figura representou o plantio, colheita, preparação para a comercialização.”

“As mensagens estavam relacionadas à questão da saúde e alimentos saudáveis.”



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Grupo 2

Atividade de produção de desenhos

Tema

O Alimento não começa pela boca, tem a ver com o cheiro.

Comentários:

“Como será desenhar, o que irá aparecer?”

“Se o trabalho é coletivo, se os outros vão ver?”

“Que outros conceitos podem formular?”

“Tudo bem, o importante é compartilhar.”

“Claro, tem diferença entre o que a gente gostaria de comer e o que sai.”

“A falta de acesso ao alimento é por problema financeiro ou ao produto, ou as duas coisas?”

“A beterraba, por exemplo, é caro?”

“É fácil de encontrar?”

“Quem vai comer?”

“Como fazer?”

“Criança gosta?”

“Como pôr no prato, tudo misturado ou separado?”

“Separa por cor? Bate no liquidificador ou não?”



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Grupo 3

Montagem e colagens em segurança alimentar o grupo reuniu e agrupou os desenhos realizados pelo segundo grupo, que fez os desenhos.

Tema

Alimentar bem não é comer muito, e sim balancear o alimento.

“A discriminação por ser pobre também acontece. Quando chegamos à feira para pegar os “restos” o povo fala: “lá vem o Fome Zero”. Como sou conhecida recebo as doações.”

“O Brasil é campeão de desperdício, isso tem que ser trabalhado na comunidade, o pobre não tem vergonha de pegar as coisas. O povo só aprendeu a comer alface e tomate, não usam os talos.”

“As técnicas sobre o aproveitamento dos alimentos a gente vai aprendendo, a berinjela ninguém quer, mas batida passa despercebida na sopa.”

“Um problema grave são os salgadinhos, refrigerantes, como as pessoas que não tem dinheiro podem comprar isso?”

“O que fazer quando chega à Unidade Básica de Saúde, a criança com 40 kg?”

A criança não vê a mãe comer legumes como vai adquirir o hábito?”

“O acesso aos alimentos menos saudáveis é mais fácil, porque tem doce e pipoca na porta da escola, é mais fácil um sanduíche do que um prato de legumes, você tem que picar, cozinhar, a comida também é cultural a gente tem que aprender a utilizar.”

“Os restaurantes só usam as partes “nobres”, o desperdício é grande, não tem nenhum trabalho para ensinar os profissionais a aproveitar.”

“Outro problema também para nós é o transporte, nós ganhamos até duas toneladas de alimento, mas não temos transporte, não tem como trazer.”

“O acesso ao alimento é o mais difícil, pois só quem tem um salário digno é que pode comprar tudo, senão vai sempre depender dos outros, quem tem salário vai ao supermercado quem não tem, tem que ir para a coleta, pedir, depende de doação, da bolsa família.”

“A ideia inicial foi juntar os alimentos, misturar os sabores (essa é uma das tarefas de quem trabalha com segurança alimentar), como por exemplo, o desenho de um cuscuz, demonstrou como aproveitar e misturar pode enriquecer uma comida.”

“A criança é o espelho do adulto, reflete a família, se a gente não come saudável como ela vai comer?”

“As crianças estão obesas porque só comem arroz, batata e ovo, não mastigam direito.”

“Quanto à higiene, tem que se incorporar o hábito de lavar as mãos, os alimentos, as frutas.”



Foto do trabalho do grupo do CRSAN.

Modelo II

Título: Representação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN

Objetivos

Operacionais: apresentação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional para os visitantes do Paraguai que trabalham com Segurança Alimentar e Nutricional.

Educativos: consolidação do significado da rede de apoio social nas atividades desenvolvidas pelo CRSAN.

Procedimentos

Os participantes foram divididos em 3 grupos de forma aleatória para garantir a participação de todos os parceiros que fizeram parte do projeto, ou seja: membros da comunidade, técnicos das organizações governamentais e não governamentais, professores, pesquisadores e alunos das universidades.

Etapas

A animadora solicitou aos grupos de Ações Educativas, Ações Emergenciais e Participação que pensassem sobre a estrutura do CRSAN como um corpo humano. Além disso, refletissem em como é representada sua estrutura física e o como é seu funcionamento? Quais as principais funções do organismo?

Em relação à estrutura física: Pensar o corpo como uma estrutura com cabeça, tronco e membros.

Fazer uma maquete, um esboço do CRSAN: tendo como referência a estrutura corporal e representar essa estrutura em projeto.

Em relação ao funcionamento: as principais funções do corpo humano foram definidas pelos grupos como: o fluxo respiratório, a corrente sanguínea, as emoções, os sentimentos.

E que funções correlatas têm o CRSAN.

Materiais:

Os materiais utilizados para fazer a maquete e a representação do projeto, foram peças do jogo tipo Lego, cartolina, lápis colorido de cera, canetas hidrográficas, fitas adesivas.

Os grupos projetaram desenhos na cartolina e foram montadas as peças de Lego.

Duração: 4 horas, com a participação de 20 pessoas



O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CRSAN -I foi representando como sendo o tronco, as instituições assistenciais não governamentais como sendo a cabeça e os membros foram representados pelos equipamentos sociais escolas, posto de saúde, a Rodovia Raposo Tavares.

O que funcionou no CRSAN?

As atividades educativas, as assistenciais e de participação realizadas e citadas foram:

Os cursos de capacitação sobre aproveitamento integral dos alimentos entre outros.

As Pesquisa da Universidade, realizadas pela FSP/USP e FISP.

A feira Solidária.

A cooperativa “Lanche ecológico”.

A reciclagem de lixo.

A Construção do Livro sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

A Parceria da Pastoral com a Universidade.

A realização de Seminários e Encontros Regionais.

O financiamento para formação de Cooperativa.

Articulação entre os diferentes parceiros para ocupação, liberação e manutenção do espaço.

O processo de organização de comissões para cobrar políticas públicas.

O curso sobre ervas medicinais.

Quais estratégias são utilizadas?

Apresentação do projeto para a Comunidade e outros parceiros.

Mobilização e Integração da comunidade.

Espaço de Participação e Acolhimento.

E a construção coletiva e compartilhada do Manual para Capacitação da própria comunidade e outras.

Como a comunidade avalia a os eventos que acontecem no Centro de Referência?

Os participantes apontaram os seguintes resultados positivos dessas atividades:

Divulgando para as crianças da comunidade as instituições locais.

Cuidando da saúde, pessoas da comunidade que nunca pensaram na importância da alimentação, hoje têm satisfação em aprender a usar as ervas medicinais.

Aprendendo sobre segurança alimentar, uma participante fala que emagreceu 60 quilos.

Fazendo ação assistencial, um bebê na comunidade que estava desenganado pelos médicos, em estado de desnutrição, hoje têm três anos e está ótimo.

Tudo por conta do Sopão que é distribuído.

Quem poderia ajudar a ampliar a participação da comunidade?

As diversas igrejas da região.

A Pastoral da Criança.

Outras entidades, que funcionam na comunidade.

O que poderia ser feito pelo CRSAN?

Incentivar a comunidade a participar das discussões sobre o orçamento público que pode ser uma forma de iniciar a militância no tema.

Promover a discussão sobre a forma como a produção, o abastecimento e a distribuição dos alimentos podem ser entregues direto às comunidades, sem a presença do atravessador, como exemplo incentivar os supermercados a comprar dos pequenos produtores, promover cinturão verde.

Reforçar sempre o conceito de segurança alimentar como uma questão de direito humano.

Lembrar que não é apenas para se preocupar com o peso, validade e estado do alimento, mas também com o direito de acesso ao mesmo.

Lembrar, também, que o alimento é produzido, não brota no supermercado, reeducar para o manejo de plantações em espaços pequenos como vasos, em quintais.

Recuperar alimentos tradicionais, segundo o costume local.

Relacionar os alimentos com distúrbios de saúde, como a diabetes e gastrites.

Divulgar que alimento pode ser saúde ou veneno.

Falar sobre o uso de produtos químicos.

Lembrar da importância do mastigar, da mistura de alimentos, da quantidade do que se come.

Se libertar dos vícios do açúcar e dos enlatados.

Procurar novas formas de produção, pois a natureza está sendo industrializada.

Recuperar a produção orgânica. Procurar os produtos que tem a ver com a realidade de cada localidade.

Ampliar as questões relacionadas ao meio ambiente, ao solo, à água, aos impactos negativos.

Comer as frutas e legumes da época.

Lembrar que a higiene pessoal é fator fundamental em Segurança Alimentar e Nutricional.

Cuidar do armazenamento dos produtos, sempre.

Respeitar a cultura de cada um.

Construir as ações em conjunto, pois assim elas ficam mais concretas.

O que dá sustentabilidade ao projeto?

Identificar e ampliar o leque de parceiros.

Fazer cursos de formação é também uma forma de conhecer parceiros.

Manter calendário de reuniões, pois agrega as pessoas.

Dividir em subcomissões temáticas.

A existência de um grupo que busca oficializar um espaço físico para o centro de referência.

Ter projeto de geração de renda.

Criar e desenvolver eventos.

Ampliar e divulgar a rede.

Mobilizar pessoas, uns vão trazendo outros, desta forma vai se tecendo a rede de apoio e fortalecendo o projeto.



Novo usuário? Cadastre-se | Entrar | Ajuda

Obtenha novos aplicativos do Yahoo Mail

E-mail | Meu Yahoo | Yahoo

YAHOO! GRUPOS
BRASIL

Buscar

Buscar na Web

crsanbutantajaqueline · CRSAN do Jardim Jaqueline

Início

Somente para associados

- Mensagens
- Enviar
- Anexos
- Arquivos
- Fotos
- Links
- Banco de dados
- Enquetes
- Associados
- Agenda
- Promover

Informações Opções

Informações sobre o grupo

Associados: 44

Categoria: Segurança Alimentar

Criado em: Ago 27, 2008

Idioma: Português

Início

Atividade nos últimos 7 dias: (Sem atividade)

Descrição

Somos um grupo que milita pelo direito humano a Alimentação. Desenvolvemos um projeto de segurança alimentar e nutricional no distrito de Vila Sonia no Jardim Jaqueline - Butantã. É um projeto em parceria com o Poder Público, ONG, Universidades e a Comunidade. Lutamos pela criação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN, que será um polo irradiador de conhecimentos e ajudará na criação de Políticas Públicas para a comunidade.



Endereços de e-mail do grupo

Enviar mensagem: crsanbutantajaqueline@yahoogrupos.com.br

Entrar no grupo: crsanbutantajaqueline-subscribe@yahoogrupos.com.br

Sair do grupo: crsanbutantajaqueline-unsubscribe@yahoogrupos.com.br

Proprietário da lista: crsanbutantajaqueline-owner@yahoogrupos.com.br

Histórico de mensagens

Nov Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Página crsanbutantajaqueline · CRSAN do Jardim Jaqueline

endereço eletrônico: <http://br.groups.yahoo.com/group/crsanbutantajaqueline/>

Anexo 2

Legislação





Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e
- IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

- I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;
- II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V – articulação entre orçamento e gestão; e
- VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o

acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Art. 11. Integram o SISAN:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN;

II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distrital e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Ficam mantidas as atuais designações dos membros do CONSEA com seus respectivos mandatos.

Parágrafo único. O CONSEA deverá, no prazo do mandato de seus atuais membros, definir a realização da próxima Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a composição dos delegados, bem como os procedimentos para sua indicação, conforme o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.9.2006.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 64, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 4 de fevereiro de 2010.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Deputado MARCO MAIA
1º Vice-Presidente

Deputado ANTÔNIO CARLOS
MAGALHÃES NETO
2º Vice-Presidente

Deputado RAFAEL GUERRA
1º Secretário

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
2º Secretário

Deputado ODAIR CUNHA
3º Secretário

Deputado NELSON MARQUEZELLI
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Senador MARCONI PERILLO
1º Vice-Presidente

Senadora SERYS SLHESSARENKO
2ª Vice-Presidente

Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário

Senador MÃO SANTA
3º Secretário

Senadora PATRÍCIA SABOYA
4ª Secretária

Este texto não substitui o publicado no DOU 4.2.2010

Pesquisa de Legislação Municipal**Nº 51359**[Voltar](#)[Imprimir](#)**DECRETO Nº 51.359, DE 25 DE MARÇO DE 2010**

Cria o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã – CRSANS-BT, vinculado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica criado o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã – CRSANS-BT, voltado à melhoria qualitativa do padrão alimentar dos moradores da região, à conscientização para a sustentabilidade do consumo, à inclusão social e à criação de um espaço para o diálogo entre a população local e o Poder Público.

Parágrafo único. O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã manterá suas atividades em edificação para esse fim especialmente destinada nas dependências do Parque Municipal Raposo Tavares.

Art. 2º. A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente disponibilizará os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã.

Parágrafo único. À Divisão Técnica do Núcleo de Gestão Descentralizada Centro-Oeste 1, do Departamento de Gestão Descentralizada – DGD, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, incumbirá a responsabilidade pelas providências administrativas relativas à gestão do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã, com o suporte da administração do Parque Municipal Raposo Tavares.

Art. 3º. O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã contará com um Conselho, de caráter consultivo, composto pelos seguintes membros:

I – 1 (um) representante da Divisão Técnica do Núcleo de Gestão Descentralizada Centro-Oeste 1, do Departamento de Gestão Descentralizada – DGD, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que será responsável pela coordenação das atividades do Conselho;

II – o Administrador do Parque Municipal Raposo Tavares;

III – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, por meio do Centro de Referência de Assistência Social – Regional Butantã;

IV – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Participação e Parceria;

V – 1 (um) representante indicado pela Subprefeitura do Butantã;

VI – 5 (cinco) representantes indicados pelas organizações que integram a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, nos termos do regimento interno.

Parágrafo único. O Conselho do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã – CRSANS-BT elaborará e aprovará o seu regimento interno, obedecidas as disposições legais pertinentes.

Art. 4º. As atividades do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã serão desenvolvidas em consonância com as diretrizes dos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 5º. A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente poderá celebrar convênios, termos de cooperação ou outros ajustes previstos em lei para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Participação e Parceria poderá implantar, sob sua responsabilidade, atividades integradas ao Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã.

Art. 7º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de março de 2010, 457º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

RONALDO SOUZA CAMARGO, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras

ALDA MARCO ANTONIO, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO, Secretário Municipal de Participação e Parceria

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 25 de março de 2010.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Voltar

Imprimir

ISBN 858884815-3



9 788588 848153